

## **DEMOCRACIA PROCESSUAL OU PARTICIPATIVA: A VISÃO DO PSDB E PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**

Sonia Ranincheski  
Nathália Cordeiro

---

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo identificar quais as visões de democracia – aquela que enfatiza o processo ou aquela que se conecta com a participação, em outras palavras, a democracia Processual ou Participativa – estão presentes nos discursos dos deputados do PT e do PSDB na Câmara dos Deputados do Brasil nos anos de 1998, 1999, 2002 e 2003. Para tanto, foram pesquisados todos os discursos proclamados nestes anos e selecionados aqueles que apresentam a discussão do tema. Com base na análise destes dados foi possível captar os elementos mais frequentes com relação à democracia pronunciados por deputados de dois dos partidos que mais se destacaram após a redemocratização.

**Palavras-chave:** Democracia; Legislativo; PT; PSDB; Discursos.

### **Abstract**

The present article intends to identify the democratic thoughts - the ones that emphasize on the process and the ones that seem to be connected with participation, in other words, the Processual or Participative Democracy - in the speeches of the PT and PSDB party legislators in the years of 1998, 1999, 2002 and 2003. To achieve such goal, all the speeches made in congress, within this time frame, that had the subject of democracy, were analyzed. Doing so, it was possible to identify the elements that appeared more often concerning the subject of democracy, said by deputies of two of the most important parties after the redemocratization.

**Key-words:** Democracy; Legislative; PT; PSDB; Speeches.

---

### **Introdução<sup>1</sup>**

Passados mais de vinte anos de redemocratização brasileira, a consolidação democrática já não aparece como tema central. Em tese, afirma-se que no Brasil a democracia está consolidada.

Porém, a crença de que uma democracia estável depende fundamentalmente de uma boa constituição democrática é falsa e ameaça a sobrevivência da democracia. Segundo Ferraz (1971), é um equívoco julgar que a estabilidade democrática estaria assegurada pela existência de arranjos institucionais ou uma constituição enfatizando os

---

<sup>1</sup> Este artigo surgiu da participação no Grupo de Pesquisas DEMODE – Democracia e Democratização-, organizado por Marilde Menezes e Sônia Ranincheski, da UnB.

aspectos jurídico-institucionais, em detrimento dos fatos sociais. Uma democracia estável necessita, além das estruturas formais e jurídicas, de uma infra-estrutura social adequada.

Para um sistema político democrático atingir estabilidade, deve-se reproduzir, no nível micro, as características básicas do sistema político democrático nacional. O autor cita diferentes tipos de equilíbrios fundamentais e que deverão ser encontrados em qualquer democracia, para resolver a questão da harmonia entre o funcionamento da democracia formal e participativa (inclusão social e política).

Mas, o que significa esta democracia? Analisando especificamente o pensamento dos parlamentares no Congresso brasileiro, encontram-se vertentes que criticam a democracia na sua característica mais conhecida, a procedimental. Isto não significa necessariamente que estejam indo contra os valores da democracia.

Uma das instituições democráticas importantes é sem dúvida o Legislativo. Grande parte dos estudos recentes sobre o Legislativo apontam um Congresso em situações de câmbios políticos – como uma fragilidade de ordem estrutural – ou em suas relações com o Executivo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; PESSANHA, 1997; SANTOS, 2000; BAQUERO, 1998). No primeiro caso, Baquero afirma que em épocas de crises e insegurança política, as instituições governamentais mais frágeis são os parlamentos; e que esse fenômeno é particularmente verdadeiro no Brasil, onde ações autoritárias levaram a fechar algumas vezes o Legislativo, não possibilitando o desenvolvimento de uma tradição sólida de representação política. Mezey (1983) contesta este argumento, afirmando que não há relação causal entre estabilidade de regime e permanência do Legislativo.

Segundo Mezey (1983), em contrapartida a Baquero, o melhor argumento reside no fato de que quando os parlamentos são fechados, em alguns países, como resultantes de golpes ou trocas de regime, são restabelecidas com alguma rapidez e raramente sofrem câmbios significativos em suas prerrogativas anteriores. Há, portanto, malgrado diferenças de opiniões, relevância em compreender a dinâmica do Legislativo, seja ela interna ou em relação com a sociedade em geral e

outros poderes em especial. É, também, relevante conhecer e aprofundar os temas que envolvem o Legislativo. E uma das questões relevantes é identificar e compreender o que pensam os parlamentares sobre temas mais sentidos da sociedade política, qual seja, a democracia.

A proposta deste artigo é identificar nos discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) as noções sobre a democracia, principalmente nos pronunciamentos em plenário<sup>2</sup> entre 1998, 1999, 2002 e 2003<sup>3</sup>. Para subsidiar as análises dos dados da pesquisa, primeiramente são apresentadas as principais discussões sobre democracia, inserindo uma breve caracterização dos dois partidos para a compreensão de como as diferenças poderiam resultar em concepções distintas. Estas exposições são seguidas, então, da análise dos discursos dos parlamentares.

### **Democracia e a busca de um conceito perfeito**

A noção de participação política dos teóricos da corrente democrática participativa tem seu pilar na idéia rousseauiana de que os fundamentos do poder político emanam diretamente do povo. Esta questão costuma gerar controvérsias na Ciência Política. Enquanto para alguns autores a participação se resume ao ato de votar, a grande parte destes enseja uma forma sem intermediários.

Esta corrente assinala que há democracia participativa quando existir participação política efetiva, ou seja, sempre que houver formas de o cidadão participar, propondo, decidindo, debatendo, direta ou indiretamente, por meio de organizações em que se insira, dentro de uma diversidade de instituições. Defensores da democracia participativa acreditam que a qualidade da democracia pode ser medida a partir do nível de participação política encontrado em cada sociedade.

---

<sup>2</sup> Optou-se por analisar os discursos presentes em todas as sessões legislativas que compreende o pequeno expediente, o grande expediente, a ordem do dia e comunicações parlamentares.

<sup>3</sup> O ano de 1999 foi o primeiro ano do segundo mandato de FHC e 2003 o primeiro ano do governo Lula, o que significa dizer que em cada um desses anos há um dos partidos analisados ou sendo oposição ou sendo governo.

Mecanismos como orçamento participativo, audiências públicas, entre outros, põem a sociedade em interlocução não apenas com os atores estatais, mas entre si mesma. Servem para verificar a existência ou não de consenso e em quais pontos.

O segundo conceito importante para os propósitos do artigo é o de democracia processual que começou a ser divulgado a partir das idéias de Schumpeter, em 1942 (1984). O método democrático é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual um indivíduo adquire o poder de decidir, mediante uma luta competitiva, pelos votos do eleitor. Autores como Dahl aprofundam essa perspectiva procedimental para além do voto, mas mesmo assim, centram suas definições nos aspectos institucionais e alegam que há um mínimo e um máximo de participação que o sistema democrático consegue suportar sem derivar para conflitos de desestabilidades (DAHL, 1998; 1989)<sup>4</sup>.

Dahl incorpora as preocupações de Schumpeter, adicionando à sua teoria questões da democracia representativa, a qual também goza do apoio de Norberto Bobbio. Podemos considerar as seguintes semelhanças entre Robert Dahl (1989) e Norberto Bobbio (1989): defendem a democracia nos seus aspectos reais; defendem o Estado liberal como pressuposto; não acreditam em democracia representativa no regime não-capitalista; construíram regras para chamar de democracia; destacam as eleições e o voto como auge da democracia.

Como divergências entre ambos, podemos citar: Dahl descrê na democracia direta e Bobbio reconhece um *continuum*; Dahl defende o consenso<sup>5</sup> para assegurar as relações democráticas, enquanto que para

---

<sup>4</sup> Diferente do que é suposto por muitos, a teoria de Dahl não representa uma derivação da teoria schumpeteriana. Embora reconheça a existência de diferenças entre os autores, em razão do objetivo deste texto preferimos nos concentrar apenas na semelhança entre ambas as teorias, qual seja, a importância atribuída às instituições como garantia da existência da democracia, a qual, para o primeiro autor apresenta diversas gradações até chegar ao que denomina Poliarquia.

<sup>5</sup> Relegar o uso do termo *consenso* por Dahl aparenta ser dissonante da tradição liberal na sua garantia da diversidade social. Na verdade, esse consenso se refere apenas aos meios. Ainda assim, considerando as sociedades como caracterizadas pelo dissenso, poderia ser mais coerente falar em *acordo de maioria quanto a meios*, respeitados os direitos das minorias. Para a categorização utilizada no trabalho, entretanto, será utilizada simplesmente a categoria *consenso*.

Bobbio o dissenso é um elemento importante, dinamizador das relações políticas.

O ideal da cidadania é estendido por Dahl para além do direito ao voto e à liberdade de expressão. Este autor engloba o direito à liberdade de organização, mas não vai além dos limites da cidadania política; defende a igualdade, ainda que não suficientemente para tê-la como meta da democracia.

A preocupação com a estabilidade política em transições democráticas pode ser resumida na seguinte questão: como assegurar a troca periódica de elites políticas, por meio de algum arranjo institucional, de forma concomitante com um processo de extensão de direitos civis e políticos?

A despeito da profusão inicial de conceitos e visões acerca do tema, os elementos da democracia adotados neste artigo, para fins metodológicos, englobarão duas dimensões: a formal e a substancial. Por elementos formais entendemos a observância legal dos institutos democráticos, tais como um estado de direito, independência dos poderes, garantias individuais dadas pelas leis, sufrágio universal periódico, uma Constituição e organização dos grupos em partidos políticos. Embora necessários, os elementos formais não são suficientes para caracterizar uma democracia plena, pois lhe faltam a dimensão substancial, que engloba a participação e o envolvimento ativo e consciente de toda a população no âmago desses institutos legais, assegurado o respeito aos grupos sociais, especialmente se minoritário, e a liberdade de expressão e de ingerência no contexto político segundo seu livre arbítrio, possibilitando assim a alternância de poder.

A democracia participativa estaria relacionada com os elementos que aqui denominamos de substanciais, isto é, aqueles que permitem uma maior inserção da sociedade nos ganhos que adviriam de um sistema inclusivo (mais democrático). Os elementos formais estão ligados ao método, ao que chamamos anteriormente de democracia processual.

A definição de democracia em termos de eleições é considerada minimalista por alguns autores. Estes acham que a *verdadeira*

democracia deveria ter conotações abrangentes, significando os ideais da Revolução Francesa, um controle ativo da sociedade sobre a política, transparência, responsabilidade e honestidade do governo, processo de deliberação informada, participação e poder igualitários, além de outras virtudes cívicas.

Mas, para os defensores da democracia do procedimento, eleições abertas, livres e imparciais são o cerne da democracia. Governos eleitos podem ser ineficientes, ou ter outras características que os tornem indesejáveis, mas isto não os torna não-democráticos. Autores participacionistas, como Carole Pateman (1992), criticam o chamado *elitismo democrático* construindo outro modelo, que entende a participação como possível na democracia contemporânea. Cabe assinalar que a questão da apatia política encontrada nas democracias modernas, que para estes autores é problemática, para os *elitistas neoliberais* é desejável, pois demonstra que o regime está estável e funcionando bem.

A diferença entre igualdade formal e substancial provoca uma constante mobilização da sociedade, que deseja que alguns dos princípios constitucionais que se mantêm como *valores absolutos* sejam encontrados na prática política. Dentro desta prática, pode-se observar uma democracia que tenha os elementos formais funcionando, mas que não consiga garantir os elementos substanciais. Também é possível uma democracia substancial que se desenvolva mediante o exercício não-democrático do poder.

O debate sobre um maior ou menor grau de democracia se torna, desta forma, improdutivo. A caracterização de um regime como democrático depende do significado de democracia defendido. Um regime considerado democrático pode ser também dito não-democrático, de acordo com o significado dado pelo oponente. O único ponto sobre o qual poderiam concordar ambos que por acaso conceituassem de forma diferente tal regime é que a democracia de fato deveria ser, simultaneamente, formal e substancial.

Tal dicotomia será norteadora das discussões do artigo, como poderia ser perfeitamente aceitável discutir a democracia em termos de

outras polarizações tradicionais como autoridade-liberdade ou participação-representação, por exemplo.

Desta forma, separo os elementos formais e substanciais que se procura analisar nos discursos. Os aspectos formais são: Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo; Representação/Delegação de poder pelo eleitor; Estado de Direito/Respeito às leis; Direitos e liberdades individuais/Igualdade diante da lei; Divisão dos poderes constitucionais/Equilíbrio entre poderes.

Na apresentação destes itens, fica claro que a democracia, pelo método da tomada de decisão pela maioria, não contempla as identidades minoritárias. Esses elementos não garantem que as diferentes identidades culturais terão expressão no Parlamento.

Por esta razão, os elementos substantivos da democracia seriam aqueles relacionados à maneira como o povo se insere na organização política e nos ganhos materiais. Para fins de análise dos discursos selecionados são: Pluralismo/Dispersão dos recursos de poder entre diversos grupos; Soberania popular/Governo do povo; Participação Política/Movimentos sociais; Igualdade substantiva/Igualdade material; Discussão pública/Debate; Patriotismo/Virtude cívica; Respeito às minorias/Diversidade cultural; Busca do bem comum/Interesse geral; Busca de amplo consenso social; Transparência/Prestação de contas.

Esta divisão poderia ser considerada arbitrária, caso se levasse em consideração os elementos de acordo com o que pregam autores considerados defensores da democracia sob a ótica liberal. Contudo, tais elementos, para os propósitos do artigo, dizem respeito à democracia substantiva na medida em que introduzem os fatores *participação* e *inclusão*.

Assim, a idéia de pluralismo presente na Poliarquia de Dahl, por exemplo, não é, necessariamente, garantida por leis. Tudo que leve, em última instância, a uma participação efetiva, ou inclusão no processo decisório, tanto de pessoas quanto de grupos, são considerados elementos substantivos porque de democracia de fato e não apenas de jure.

No que diz respeito à prestação de contas, este poderia ser um termo comprometido com o viés liberal ao se assumir a questão da *accountability*, como prega O'Donnel (1998), com a existência de agências estatais com autoridade e capacidade de controle e sanções legais. Apesar de a prestação de contas advir da instituição de agências capacitadas para tal, a fiscalização é exercida pela sociedade, a qual verifica a qualidade de serviço prestado. Em outras palavras, a prestação de contas aproxima a sociedade da política, num movimento de inclusão. Poderia se argumentar que o voto seria um mecanismo de participação nos mesmos moldes da prestação de contas, contudo, esta última coloca a sociedade em contato com as decisões de maneira mais freqüente.

Os outros elementos parecem ser mais intuitivos como critérios democráticos que garantam a participação mais efetiva da sociedade. Por esta razão, e por escassez de espaço, as demais categorias não serão analisadas pontualmente<sup>6</sup>.

### **Os partidos PT e PSDB: um pouco de sua história**

A pergunta inicial foi se estes partidos discutem a democracia e sob que ponto de vista: procedimental, participativa, ambas ou nenhuma? A fim de encontrar subsídios para respondê-la, foram analisados 181 discursos, sendo 108 discursos de deputados do PSDB e 73 de deputados do PT que se pronunciaram sobre a democracia nos anos citados<sup>7</sup>. Foi tomado cada discurso como uma unidade de análise e percorrido no mesmo quantas vezes aparecem elementos da democracia (BARDIN, 1995). Cabe ressaltar que a percepção dos elementos referentes à democracia nem sempre é auto-evidente, já que estes não são, em muitos casos, pronunciados nos mesmos termos em que é feita a categorização. Há a necessidade de uma leitura cuidadosa a fim de captar os elementos pelo contexto.

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais aprofundada ver Cordeiro (2005).

<sup>7</sup> Cabe destacar que nestes anos (1998,1999, 2002 e 2003) o PSDB apresentou um total de 8142 discursos em plenário e o PT apresentou 15686. A análise de conteúdo segue, em linhas gerais [Bardin \(1995\)](#).

Em linhas gerais, PSDB e PT desde 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, têm se *digladiado* publicamente nas Casas Legislativas e na imprensa. O PT ocupou o papel de oposição, ferrenha, durante os oito anos de FHC. Percebe-se que, a partir da eleição de Lula em 2002, a situação se inverte, estando o PSDB numa oposição tão emblemática quanto a de seu opositor.

Fábio Wanderley Reis (2004) avalia que, mesmo considerando-se que as políticas neoliberais tenham sido assumidas pela esquerda, persiste alguma diferença entre o PSDB e PT, pelo fato de que o último, por suas origens, tende a ser mais sensível à problemática social do país e a ser mais cobrado quanto ao seu compromisso a esse respeito.

### **Partido dos Trabalhadores e sua trajetória**

Cabe destacar que não é objetivo deste artigo esgotar o assunto sobre a trajetória do PT e do PSDB, mas apontar algumas características para o entendimento da análise dos discursos sobre a democracia. Segundo Meneguello (1989), as transformações do Brasil da década de 1970 deram origem ao novo sindicalismo urbano, o qual introduziu no seu discurso a luta pela cidadania plena, a conquista de direitos sociais e políticos.

Concomitantemente com a *distensão lenta, gradual e segura* do regime militar, a idéia de um novo partido animava segmentos da sociedade. Entretanto, a proposta de formação do Partido Socialista não teve muito êxito por divergências político-ideológicas. Com a transição democrática, foi lançado um partido diferente do que já se havia visto no país com relação à origem, organização e proposta – o PT.

A sua novidade foi ser o primeiro partido de massa criado no país, de origem externa ao sistema parlamentar, a apresentar uma forma definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político (MENEGUELLO, 1989). Essa inserção, como cita Coutto (1995), se dá pela sua constante presença em mobilizações promovidas pela sociedade civil.

Duverger (1970) propõe um modelo segundo o qual a influência da ideologia partidária de esquerda correlaciona-se às principais

características dos partidos de massa: origem externa, organização interna intensa, forte articulação estrutural, centralização nacional, rigorosos requisitos para filiação, presença de certo doutrinário, pagamento de uma contribuição anual e uma relação específica entre as lideranças do partido e seus parlamentares. O PT adequava-se a este modelo.

Para Meneguello (1989), a idéia petista de um projeto de sociedade, democrática e socialista, todavia, é imprecisa e confunde-se com a idéia de igualdade e justiça social. Gadotti e Pereira (1989) afirmam que o exercício do poder popular defendido pelos petistas pressupõe a abertura de vias efetivas de participação nas esferas de poder para discutir prioridades a partir das reivindicações. Isto reforçaria o processo de auto-organização popular, podendo contribuir para a mudança da correlação de forças favorável aos trabalhadores.

Pela sua noção abrangente de democracia, o PT sempre foi um partido socialmente forte, mas eleitoralmente fraco. Desde 1989, Lula tenta se eleger presidente da República. Fracassado nas eleições de 1989, 1994 e 1998, seu partido se viu durante muito tempo ocupando papel de destaque na oposição. Em 2002, Lula finalmente saiu vencedor do pleito e o PT mudou de papel no cenário político.

### **O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e sua trajetória**

Diferente do PT, cuja fundação foi um *fenômeno* de proporções impactantes na história do país, não existe uma bibliografia satisfatória sobre o PSDB, que em sua maioria, foi escrita por seus integrantes.

Foi fundado em junho de 1988, quando o Brasil passava por um processo de redemocratização. Seus idealizadores foram um grupo de social-democratas dissidentes do PMDB. O ponto convergente no pensamento de todos era o apoio ao parlamentarismo.

Segundo a literatura recorrente, os fundadores também estavam insatisfeitos com os rumos do partido, e em relação ao casuismo da prorrogação do mandato presidencial para cinco anos. Celso Roma (2002) discorda desta visão, apresentando evidências sobre a cisão do

PMDB, que teria relação mais com objetivos pragmático-eleitorais do que com objetivos ideológicos.

O tipo de filiação ao partido sustenta sua tese, já que a forma de atração é de acordo com lideranças que já tenham algum cargo eletivo ou, nos últimos anos, associada às vantagens obtidas por pertencer ao partido que conquistou a presidência da República e o governo dos principais estados.

A instituição do parlamentarismo era uma das principais propostas iniciais no plano político. Lamounier (1989) diz que a votação do parlamentarismo na constituinte teve como consequência imediata a cisão do PMDB e a formação do PSDB.

Apesar do título *social-democrata*, não se confunde com legendas similares internacionais, pois, diferentemente dos europeus, articulados às massas trabalhadoras e aos sindicatos, o PSDB teve uma origem exclusivamente parlamentar, já tendo, em sua composição inicial, políticos influentes no cenário político. Praticamente todos os filiados eleitos haviam se envolvido em militância política antes de ingressarem no partido. Desde a sua fundação não se vinculou a outras organizações de representação como sindicatos.

Dada suas características, pode ser enquadrado no que Duverger (1970) chama de partidos de quadros, ou seja, aqueles que reúnem pessoas ilustres para preparar eleições. A distinção entre partidos de massas e partidos de quadros é difícil de ser feita, mesmo porque não existiriam partidos de quadros em sua forma pura, pois estes muitas vezes aceitam a filiação de membros populares. Estes partidos teriam uma estrutura interna mais descentralizada e seus membros seriam mais indisciplinados. O objetivo supremo de seus filiados constituiria em ascender ao governo.

Roma (2002), desta forma, contesta a origem do partido como sendo resultado da simples discordância de suas lideranças em relação a alianças com partidos de direita e à prorrogação do mandato presidencial, dando evidências de que o partido teria um viés mais oportunista. Com relação ao seu modelo de organização, o PSDB possui, segundo Roma (2002), poucas instâncias de veto, concentrando poder

de decisão nas lideranças, mas, por outro lado, os diretórios são autônomos na tomada de decisão locais. Lamounier (1989) cita como fatores determinantes no comportamento do PSDB a incipiência organizacional e heterogeneidade interna.

Perdido o pleito presidencial de 2002 e 2006, vemos a consolidação de um novo PSDB, numa posição em que não estava acostumado – a oposição.

### **O PT e o PSDB: programas diferentes, atitudes parecidas?**

Ao analisar o histórico de ambos os partidos, se pode perceber que, por serem organizados de forma diferente, terem sido fundados em diferentes contextos e pela posição no espectro ideológico, teoricamente, deveriam abrigar deputados com características e visões heterogêneas.

Na pesquisa sobre os pronunciamentos dos parlamentares destacando explicitamente a democracia são analisados todos os discursos, num total 181, distribuídos ao longo dos quatro anos<sup>8</sup>, conforme tabela a seguir.

**Tabela 1** - Discursos explícitos sobre a democracia na Câmara dos Deputados (1998, 1999, 2002 e 2003)

Ano	Número de discursos	% de discursos
1998	31	17,1
<b>1999</b>	<b>71</b>	<b>39,2</b>
2002	28	15,5
<b>2003</b>	<b>51</b>	<b>28,2</b>
Total	181	100

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo site oficial da Câmara dos Deputados.

Há um maior número de discursos sobre democracia justamente nos anos pós-eleitorais, como indicam os dados da Tabela 1. Nos anos pré-eleitorais, o número de discursos diminui muito, pois os deputados saem em campanha. Nos anos após as eleições, há muitos discursos no total, e principalmente sobre democracia devido à entrada de novos

<sup>8</sup> A escolha desses anos se fez com o propósito de tentar encontrar semelhanças ou diferenças nas visões dos discursos dos deputados destes dois partidos, observando as conjunturas diferentes, a fim de notar se estas influenciam ou não no que é dito pelos deputados.

legisladores e saída de outros. Os que entram declaram que foram escolhidos por um processo democrático, legitimando assim sua atuação, os que saem dizem ter cumprido seu papel na consolidação democrática.

No ano pós-eleitoral de 2003 houve menos discursos do que em 1999. Relendo os discursos dos referidos anos, notamos que em 1999 muitos deles tiveram um tema recorrente. Os partidários do PSDB comentaram sobre a Convenção Nacional do PSDB que foi realizada em novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, no intuito de discutir os novos rumos da social-democracia e do partido após dez anos de sua fundação. O deputado Paulo Feijó do PSDB do RJ cita em seu discurso:

[...] venho à tribuna deste insigne Parlamento para expor minhas considerações a respeito do seminário promovido pelo PSDB ontem [...] para discussão dos rumos da social-democracia no Brasil e da participação do partido neste processo de construção de um Brasil mais moderno e justo, mais igualitário<sup>10</sup>.

O ano de 2003, subsequente à vitória do PT, teve como mote dos discursos de seus partidários, a *herança maldita*, ou seja, os problemas deixados pelo governo anterior que dificultavam uma melhor atuação do governo atual, como se observa na seguinte fala do deputado Nilton Mourão do PT do Acre:

A cada dia que passa, fico mais impressionado com a atuação da elite em nosso País, tradicionalmente autoritária, que não admite o debate franco e democrático, [...] as manifestações dos setores sociais. Sr. Presidente, recebemos a chamada herança maldita. [...] As elites do nosso País precisam compreender o que é o exercício democrático<sup>11</sup>.

Comparando os discursos entre os dois partidos aqui estudados, nota-se que o PSDB falou mais sobre democracia, conforme indica a Tabela 2.

<sup>10</sup> Ver discurso do deputado Paulo Feijó do PSDB em 30 nov. 1999. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

<sup>11</sup> Ver discurso do deputado Nilo Mourão do PT do Acre em plenário da Câmara dos Deputados no dia 04 ago. 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

**Tabela 2** - Discursos explícitos sobre democracia por partido: PT e PSDB na Câmara dos Deputados (1998, 1999, 2002 e 2003)

Partido	Número de discursos	% de discursos
PSDB	108	59,7
PT	73	40,3
Total	181	100

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Tem-se como média de discursos proferidos nestes anos com assunto democracia por deputados do PSDB, 1,54 discursos por deputado. No PT, temos a média de 1,1 discursos sobre democracia. Desta forma, o PSDB não apresenta apenas vantagem absoluta em número de discursos sobre democracia, mas também relativa.

Comparando os discursos dos partidos sobre democracia e os respectivos períodos nos quais foram pronunciados percebe-se que há uma diferença entre PSDB e PT, conforme indica a Tabela 3.

**Tabela 3** - Discursos explícitos sobre democracia por partido e por ano (1998, 1999, 2002 e 2003)

Ano	Partidos		Total N (%)
	PSDB N (%)	PT N (%)	
1998	15 (13,9)	16 (21,9)	31 (17,1)
1999	52 (48,1)	19 (26)	71 (39,2)
2002	23 (21,3)	5 (6,8)	28 (15,5)
2003	18 (16,7)	33 (45,2)	51 (28,2)
Total	108 (100)	73 (100)	181 (100)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Analisando internamente cada partido podemos comparar seu funcionamento, pois por meio desta tabela percebe-se que, de todos os discursos sobre democracia do PSDB, a maioria se deu em 1999, e do PT, em 2003. Nos anos mais falados, pós-eleitorais, podemos perceber algo interessante. No ano em que aparecem mais discursos, quem mais fala é o PSDB, cujo candidato ganhou as eleições presidenciais. Já no segundo ano mais falado, 2003, quem mais fala é o PT, vencedor eleitoral. Talvez a democracia seja um meio de legitimação. Muitos dos discursos sobre democracia nos anos pós-eleitorais são para ressaltar a

idoneidade das eleições e o fato dos resultados serem incontestáveis, legitimando a vitória dos que estão ingressando.

Se cruzarmos as variáveis ano e visão de democracia como concorrência eleitoral, vemos a predominância de discursos que defendem este item como necessário à democracia aparecendo mais em anos eleitorais, proporcionalmente ao número de discursos totais do ano, conforme indica a Tabela 4.

**Tabela 4** - Discursos explícitos sobre democracia indicando o tema da concorrência eleitoral por ano eleitoral – PSDB e PT (1998, 1999, 2002 e 2003)

Ano	Discurso de defesa da Concorrência Eleitoral N (%)
1998 – ano eleitoral	17 (54,8)
1999	26 (36,6)
2002 – ano eleitoral	20 (71,4)
2003	18 (35,3)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em 2002, a concorrência foi mais acirrada do que em 1999, em que Fernando Henrique Cardoso ganhou em primeiro turno, havendo um maior debate de idéias, e por isso, maior defesa da concorrência eleitoral.

### **Como os deputados vêm seus partidos no contexto democrático**

A presença dos partidos é parte fundamental do Legislativo, bem como da democracia. Por isso é relevante destacar como aparece esse tema nos discursos sobre democracia dos deputados do PT e do PSDB.

Ao contrário do que se espera, a figura do partido no Brasil foi bastante mencionada nos discursos. Dentro de discursos referentes à questão da democracia, quase 50% deles citarem o partido mostra um amadurecimento democrático do país, haja visto que a existência de partidos (sobretudo se estáveis) é um dos condicionantes de uma democracia mais consolidada.

PT e PSDB, em seus discursos, quando falam sobre partidos é para, em sua maioria, exaltar o seu próprio. No PSDB é onde aparece mais esta questão, contrariando as expectativas de ser o PT o partido

vencedor neste quesito, já que é o partido que supostamente possui um grau maior de fidelidade partidária.

A alta frequência da exaltação do partido pelos deputados do PSDB pode ser percebida ao analisarmos os temas mais recorrentes nos discursos sobre democracia destes deputados, sendo esta sigla a mais freqüentemente pronunciada nos discursos sobre democracia. Uma grande parte destes discursos está debatendo questões inerentes ao funcionamento e relevância do partido, falando sobre congressos partidários, seminários sobre o partido ou novos rumos da social-democracia e também encaminhamento de votações, ou seja, *dicas* de assuntos sobre os quais os partidários devem votar.

Cabe destacar que, com relação à relevância do papel dos partidos, há maior incidência na defesa do partido entre os deputados do PSDB. Este resultado sinaliza certa contradição com a trajetória do PT de forjar uma identidade petista? Este parece ser um tema a ser posteriormente investigado.

No PT a questão da exaltação do partido, embora menor do que no PSDB, também é alta. Contudo, é citada com maior intensidade a fraqueza e críticas a outros partidos, em detrimento da visão do seu oponente, o PSDB, que atenta para a necessidade e força das agremiações partidárias.

Um dos elementos característicos da democracia pluralista é a liberdade de expressão. Esse tema, críticas ao sistema político ou de outra natureza, não aparece muitas vezes, mas quando aparece é de forma contundente. As críticas fazem parte do processo democrático, pois são sinais de que o sistema não é perfeito e que deve melhorar. A crítica entre os partidos também aparece, sendo que 4,6% dos discursos do PSDB criticam o PT. Já, com relação aos discursos do PT, 7,7% são críticas ao PSDB.

Destas críticas, ainda é possível destacar da análise dos dados que o PT critica mais vezes o outro partido e o governo. Apesar de ser governo durante apenas um dos anos analisados, suas críticas à oposição são maiores também. Enquanto que o PSDB critica menos o PT do que o contrário, e muito menos o governo, obviamente por ter sido

parte dele durante mais tempo. A despeito do pouco tempo na oposição, suas críticas se aproximam do percentual do PT, que ocupou este lugar por mais tempo.

### **O que é democracia para deputados do PT e PSDB**

São analisados os elementos de democracia e as visões mais específicas sobre o funcionamento da democracia que aparecem explicitados nos discursos selecionados dos deputados do PT e do PSDB. Procuramos incorporar à análise quantitativa uma abordagem mais qualitativa, destacando trechos das falas dos deputados. A intenção, portanto, não foi apenas saber o quanto se fala sobre determinado ponto, mas como o discurso influencia a questão partidária e principalmente democrática.

Todos os estados brasileiros aparecem representados nos discursos sobre a democracia nos anos aqui analisados. A proporção de discursos está, de maneira geral, de acordo com a representação destes estados no Congresso. Os estados com maior número de cadeiras tiveram mais discursos, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5** - Discursos explícitos sobre a democracia dos deputados federais por unidade da federação (1998,1999,2002 e 2003)

Unidade da Federação	Número de discursos
SP	37
MG	22
RJ	20
CE	15
BA	11
AM	9
MA	8
RS,MT,DF	6
SC, PE	5
PR	4
TO, PI, PB, MS, AC,	3
PA, GO, ES, AP	2
RR, RO, RN, AL	1
Total	181

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os discursos de deputados de São Paulo representam 20,4% dos discursos analisados; de Minas Gerais, 12,2%, e do Rio de Janeiro,

11%. O Ceará aparece logo depois dos três principais estados do país, concentrados na Região Sudeste, com 8,3%. Em quinto lugar está o estado da Bahia com 6,1% e em sexto o Amazonas, cujo principal representante, Arthur Virgílio, do PSDB, foi responsável pela totalidade dos discursos.

Os números do PSDB também se aproximam dos números encontrados nos discursos por estado. A bancada paulista do partido representa 18,6% do total dos deputados pessedebistas, em Minas Gerais a proporção é de 11,4%, e o percentual do Rio de Janeiro ficou em 10,8%, aproximadamente. Dos três estados, o PSDB tem a maioria dos discursos apenas no Rio de Janeiro, com 65% dos discursos que foram proferidos por representantes deste estado.

Com relação aos deputados que discursaram sobre o tema democracia no período analisado, destaca-se a presença do deputado do PSDB, Arthur Virgílio - único representante do Amazonas que fala sobre democracia - com uma participação de 5% sobre o valor total. Em segundo lugar está o deputado do PT, José Genoíno, com 4,4% dos discursos sobre democracia no total dos anos pesquisados. Abaixo de Genoíno vem o deputado Aécio Neves (PSDB), com 3,9%.

Dos dez deputados que mais falam sobre democracia, sete são do PSDB, conforme a Tabela 6. Tendo na lista do PT o deputado José Genoíno em segundo lugar, como vimos, e Chico Alencar (PT) e Paulo Delgado (PT) empatados na quinta colocação, com 2,8% dos discursos. Aparecem 99 deputados falando sobre democracia nos anos pesquisados. Abaixo mostramos apenas os dez primeiros e seus partidos.

**Tabela 6** - Discursos explícitos sobre democracia por deputado e partido nos anos de 1998, 1999, 2002 e 2003.

Deputado	Número de discursos	Percentual	Partido
ARTHUR VIRGÍLIO	9	5,0%	PSDB
JOSÉ GENOÍNO	8	4,4%	PT
AÉCIO NEVES	7	3,9%	PSDB
SEBASTIÃO MADEIRA	6	3,3%	PSDB
CHICO ALENCAR	5	2,8%	PT
PAULO DELGADO	5	2,8%	PT
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	4	2,2%	PSDB
LEO ALCANTARA	4	2,2%	PSDB
MÁRCIO FORTES	4	2,2%	PSDB
SAULO PEDROSA	4	2,2%	PSDB
Total	52	31,0%	-

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os deputados apresentados representam pouco mais de 10% do universo dos deputados analisados e, sozinhos, concentraram 31% dos discursos sobre democracia. Isto comprova que há, dentro dos partidos, parlamentares que se destacam na defesa de certas *issues*.

### **Os parâmetros estruturantes das visões de democracia nos discursos**

Os dados da Tabela 7 mostram as freqüências da defesa dos elementos da democracia nos discursos analisados, por partido. Assim, da totalidade dos discursos do PT que apresentam o tema da democracia, 35,6% defendem concorrência eleitoral, enquanto que no caso do PSDB aparece em 50,9%. Cabe salientar que os elementos formais estão numerados de 1 a 5 e os elementos substanciais estão numerados de 6 a 15.

**Tabela 7** - Características da democracia defendidos explicitamente pelos deputados (1998, 1999, 2002 e 2003)

Número	Característica da democracia defendida nos discursos	PSDB N (%)	PT N (%)
1	Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo	55 (50,9)	26 (35,6)
2	Estado de direito/Respeito às leis	33 (30,8)	26 (35,6)
3	Direitos e liberdades individuais/Igualdade diante da lei	21 (19,4)	15 (20,5)
4	Divisão dos poderes constitucionais/Equilíbrio entre poderes	11 (10,2)	18 (24,7)
5	Representação/ Delegação de poder pelo eleitor	18 (16,7)	9 (12,3)
6	Pluralismo/Dispersão dos recursos de poder entre diversos grupos	13 (12,0)	9 (12,3)
7	Transparência/Prestação de contas	11 (10,4)	10 (13,7)
8	Soberania popular/Governo do povo	7 (6,5)	9 (12,3)
9	Participação/Movimentos sociais	25 (23,1)	24 (32,9)
10	Igualdade substantiva/Igualdade material	24 (22,2)	26 (35,6)
11	Discussão Pública/Debate	25 (23,1)	22 (30,1)
12	Virtude cívica/Patriotismo	13 (12)	7 (9,6)
13	Respeito às minorias/Diversidade cultural	6 (5,6)	8 (11,0)
14	Busca do bem comum/Interesse geral	11 (10,3)	8 (11,0)
15	Busca do amplo consenso social	9 (8,3)	7 (9,6)

Fonte: Elaborada pelas autoras. O número de 1 a 15 foi atribuído aleatoriamente com vistas a ordenar os elementos.

Pode-se perceber que não há muita diferença entre os discursos dos dois partidos em relação à presença de alguns elementos como: Pluralismo/Dispersão dos recursos de poder entre diversos grupos; Direitos e liberdades individuais/Igualdade diante da lei; Busca do bem comum/Interesse geral; e Busca do amplo consenso social. Nestes, os percentuais são bem parecidos e, com exceção da discussão sobre o elemento 3, falam sobre elementos substanciais. Esse dado poderia indicar, preliminarmente, a diferença existente entre os partidos, em termos de relevância dada a cada concepção de democracia, já que de 15 elementos, os partidos apresentaram percentual aproximado em apenas quatro deles.

No entanto, percebe-se que os elementos mais defendidos pelo PSDB são idênticos aos que tiveram a maior repercussão por parte do PT, conforme a Tabela 7. Isto é, os elementos Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo, Estado de Direito/Respeito às leis, Igualdade substantiva/Igualdade material, Participação/Movimentos sociais, Discussão pública/Debate. Talvez, este

dado indique um modelo mais geral de democracia dentro do Parlamento que transcenda as opções ideológico-partidárias.

Com relação aos dois elementos da democracia processual, *Concorrência eleitoral* e *Estado de Direito*, estes foram os que mais apareceram nos discursos dos dois partidos. Cabe destacar que esta presença significativa do elemento *Estado de Direito* aparece também entre os Senadores (LACAVA, 2005). Em outras palavras, se existe esse paradigma mais consolidado de democracia entre ambos os partidos, este se assenta, especialmente, na visão procedimental.

Dos elementos menos defendidos tanto pelo PSDB quanto pelo PT, conforme a Tabela 7, aparecem três elementos que são *Busca do bem comum/Interesse geral*, *Respeito às minorias/Diversidade cultural*, *Busca do amplo consenso social*. Estes dados indicam que o contrário também é verdadeiro, ou seja, se o modelo mais presente no imaginário dos deputados se funda em termos de democracia do procedimento, a noção de inserção social é menos presente em ambos os partidos.

Cabe assinalar também que, com relação aos elementos presentes nos discursos do PT, há uma mesma presença da *Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo* e da *Igualdade substantiva/Igualdade material* (35,6%). Tal resultado pode significar que o PT, embora valorize bastante os itens formais, apresenta um discurso de conciliação entre uma visão de democracia com elementos formais e uma democracia participativa.

A média<sup>12</sup> dos elementos formais, ou seja, da democracia processual, que aparecem nos discursos do PSDB é 25,6% e do PT 25,75%. Já os elementos substanciais no PSDB representam um percentual de 14,25% e no PT 16,91%. Estatisticamente são desprezíveis as diferenças.

Os dois partidos parecem ter muito em comum nos discursos sobre democracia. Os elementos substanciais da democracia, aqueles associados à democracia participativa têm um peso um pouco maior no

---

<sup>12</sup> Como há discrepância no número de elementos associados a cada corrente de democracia (cinco formais e dez substanciais) utilizamos a média para os dados ficarem proporcionais.

PT, mas não chega a ser algo muito distante do que diz o PSDB. Em termos proporcionais, os elementos formais são mais citados.

Porém, se for retirado o elemento Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo, em que a ocorrência no PSDB foi muito grande e desviou o resultado, temos uma média de 19,17% no PSDB e 23,2% para o PT, o que não representou também uma grande diferença. Apesar de apresentarem percentuais parecidos na maioria dos elementos formais, a *Concorrência eleitoral* pendeu mais para o PSDB e o *Equilíbrio entre os poderes* para o PT.

Uma explicação provável para a pouca presença de temas como soberania popular entre os discursos do PT e do PSDB pode estar ligada ao próprio jogo interno do Legislativo. Isto é, o que está em pauta na agenda interna do Legislativo é menos uma questão de preferências da sociedade e mais uma questão de barganhas entre os atores no legislativo, um sinal, talvez, de racionalidade dos deputados (tema interessante para outro trabalho).

Na análise da dimensão participação e movimentos sociais, aparece em maior medida entre os discursos do PT a menção à institucionalização de novas formas de participação como, por exemplo, os conselhos participativos.

### **Democracia e busca de consensos amplos: alguns discursos contrários**

Difícilmente algum deputado objetará o discurso democrático. No máximo, este pode discordar de que alguns dos elementos dispostos aqui sejam inteiramente *condicionantes da democracia*. Casos em que algum elemento seja contestado são raros. Por isso, expomos apenas como os casos desviantes estão presentes nos discursos.

A busca de amplo consenso social foi o elemento mais polêmico. Para alguns deputados este não é, de modo algum, um pré-requisito para haver democracia. Pelo contrário, o conflito é exatamente aquilo que a caracteriza. Outra parte acha que a democracia está fundada na tentativa de se achar soluções em que todos estejam de acordo. A

questão subjacente, aqui, é a de se concordar ou não com a regra da maioria como sendo o cerne da democracia.

Dos 11 discursos que contestam esse elemento, 3 são do PT e 8 do PSDB, em termos percentuais, aproximadamente 27% dos que contestam são do PT e 73% do PSDB. Contudo, a visão desta temática como um elemento positivo no jogo democrático predominou nos discursos, como pôde ser visto na Tabela 7.

### **Esta democracia funciona?**

Com relação ao tema do funcionamento da democracia tanto nos discursos do PT quanto do PSDB, em cerca de 20% para os petistas e 13% para os *tucanos*, este é explicitado. Cabe destacar a ausência deste assunto nos discursos. Será que esta abstenção indica que estes deputados não se preocupam com o funcionamento da democracia?

Os deputados do PT que falam sobre o funcionamento da democracia acham que ela não funciona. Esta é uma diferença em relação aos discursos do PSDB. Daqueles discursos nos quais apareceu o tema do funcionamento da democracia, de um total de 29 respostas, há certo equilíbrio, pois 16 discursos proclamam que a democracia não funciona no Brasil e 13 acham que sim. Porém, dos que acham que a democracia funciona, a maioria é do PSDB, ou seja, 11 discursos de um total de 13 discursos. E dos que acham que a democracia não funciona, a maioria é do PT, isto é, 13 discursos de um total de 16.

Os argumentos dos deputados petistas e do PSDB sobre o não-funcionamento e o funcionamento da democracia estão ancorados em duas grandes categorias. Estes deputados utilizam na sua argumentação os elementos de democracia processual e elementos de democracia social no sentido de inclusão ou exclusão política e econômica.

Nos discursos dos deputados do PT que falam sobre o não-funcionamento da democracia no Brasil, os elementos formais da democracia são mais destacados. Com relação aos discursos do PSDB, aparecem ambos. Com relação aos discursos sobre o funcionamento da democracia, em linhas gerais, os discursos do PSDB estão centrados na idéia de liberdade de expressão e eleições. Nos discursos do PT, aparece

a idéia de conflito, isto é, que o princípio do funcionamento da democracia estaria na possibilidade de serem confrontados diferentes interesses presentes na sociedade.

No discurso do deputado José Genoíno, um dos condutores do PT desde a fundação tendo sido seu presidente, pode-se perceber os vários elementos de democracia presentes entre os demais discursos do partido. Como se observa na fala de Genoíno, citada a seguir, há a presença de crítica ao governo, exaltação de seu partido e dúvida de existência da democracia no Brasil. Aparece aludida, também, a dimensão direita-esquerda e o deputado se auto-define esquerda. Além disso, o partido se projeta como alternativa de mudança e aparece o embate entre oposição e governo, representado por PT e PSDB, na visão de Genoíno:

Nós do PT e da Esquerda queremos a verdadeira transformação econômica, social e política. Por isso nosso projeto é confrontador, é contraditório, passa pela mobilização da sociedade e pela disputa do voto. [...] Sr. Presidente, é sob essa perspectiva que para nós um projeto de transformação do País é também um projeto de profunda reforma da democracia. Portanto, a democracia para nós é irmã gêmea da luta por igualdade social, por direitos sociais [...]. Queremos construir um projeto autônomo, para que os de baixo tenham voz e vez [...].

[...] quando alguns chefes tucanos [...] tentam dizer que a Oposição e a Esquerda não têm proposta [...] a finalidade dessa crítica é exatamente dizer que a Esquerda é algo marginal [...].

A Esquerda, representada principalmente pelo meu partido, não quer apenas enfeitar essa democracia formal, não quer apenas enfeitar o bolo das elites enquanto elas fazem de conta que estamos em uma democracia. [...] remeto àquele conceito do [...] Bobbio, para quem a democracia é uma construção, uma totalidade na qual a democracia política se estende na democracia econômica e na democracia social.

No Brasil a democracia política, quando existe, não chega à economia e nem à área social. [...].

[...] nessa concepção patrimonialista [...] da elite brasileira, o povo é um objeto, uma coisa. No projeto do PT, o povo é o agente construtor da esperança e da auto-estima deste País<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Ver discurso do deputado federal José Genoíno, do PT, em 08 set. 1999. Disponível em: <<http://ww2.camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

O discurso do deputado do PSDB, Léo Alcântara, como a maioria dos discursos do PSDB, enaltece o fato de haver eleições no país, como produto de uma manifestação democrática. Ele diz:

Pela primeira vez, elegemos em nosso País um Presidente oriundo da militância operária. O que parecia impensável para alguns aconteceu de maneira pacífica e ordeira, sem atentados ao Estado de Direito e dentro dos melhores padrões de tolerância política. [...]. [...] Dahl definiu democracia como método de resolução pacífica de conflitos. Desta forma, a democracia não se define como concepção substantiva de Governo, mas como acordo institucional que cria espaço para a convivência de contrários. Em outras palavras, tendemos a conferir valor procedimental aos princípios democráticos. [...]. Desta maneira, decisões de governo são aceitas como válidas, não porque consubstanciam unânime e incontestável vontade política, mas porque seguem os cânones procedimentais que todos consideram satisfatórios e razoáveis.

Para muitos, isso pode parecer pouco. Afinal, a transição para regimes democráticos gera fortes expectativas de justiça social e redistribuição de recursos. Ora, estas expectativas podem ser frustradas por resistências de grupos poderosos ou por pressões de eficiência econômica<sup>14</sup>.

Entre os dois discursos destacados, nota-se a defesa da democracia participativa e processual, dizendo serem os elementos formais muito necessários, mas não o bastante para a democracia se consolidar, havendo a necessidade de elementos substanciais. Curiosamente, utilizam dois importantes autores da Ciência Política – Bobbio e Dahl – para corroborarem suas assunções acerca da democracia processual.

### **Conclusões**

Buscou-se nesse artigo identificar quais os discursos sobre a democracia presentes entre os deputados do PT e PSDB. A pergunta norteadora esteve relacionada com a dúvida sobre como estes partidos,

---

<sup>14</sup> Ver discurso do deputado Léo Alcântara do PSDB em 11 dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

com papel de destaque no legislativo, discutem a democracia e sob que ponto de vista: se procedimental, participativa, ambas ou nenhuma?

Para subsidiar a resposta a esta questão, foram apontados alguns resultados gerais e idiosincrasias encontradas nos discursos desses partidos. Os dados indicam que, nos discursos dos deputados do PSDB e do PT sobre democracia, há a freqüência parecida de elementos da democracia.

Os elementos substanciais da democracia, aqueles associados à democracia participativa (que indicam, também, uma maior inserção social do ponto material) têm peso ligeiramente maior no PT, não chegando, contudo, a ser algo muito distante do que diz o PSDB. Proporcionalmente, os elementos formais foram mais citados por ambos.

A maioria dos discursos ocorreu nos anos seguintes às eleições presidenciais. As maiores ocorrências de discursos sobre democracia no PSDB se deram após a vitória do presidente de seu partido em 1999 e o mesmo ocorreu com o PT em 2003. Este pode ser um forte indicador de que o contexto político pode influenciar a ocorrência dos discursos. Nestes discursos, portanto, pode-se perceber um fator de legitimação do candidato eleito, utilizando a visão de democracia processual.

Outro resultado relevante a ser destacado é que se o PSDB fala mais sobre democracia, uma vez que aparecem mais discursos, estes são menos densos<sup>15</sup> que os do PT, que consegue citar mais elementos formais e substanciais. O PT, em termos de discurso, se mostrou um partido mais abrangente porque dá importância à democracia processual e, ao mesmo tempo, cita bastante os elementos substanciais.

Nos pronunciamentos dos deputados do PT, em linhas gerais, aparece certa influência do contexto político. Nos anos em que não era governo, nos discursos sobre democracia, há a crítica ao modelo econômico implementado pelo Executivo e uma maior ênfase à democracia substancial. Nos anos em que o PT é governo, nos discursos

---

<sup>15</sup> Digo que os discursos do PSDB são menos densos porquanto, em geral e comparativamente ao PT, não discutem de maneira mais aprofundada o tema democracia, aparecendo o radical *democ* (*democracia, democratização, democrático* etc) menos vezes, além de um número menor de páginas.

sobre democracia, encontra-se o tema da herança maldita e a defesa processual da democracia. Na leitura desses discursos realizados no período de governo petista, foi possível, igualmente, identificar uma tendência da defesa de, primeiramente, consolidar as instituições, para posterior distribuição eqüitativa dos benefícios.

Com relação ao PSDB, contrariamente, ao tratar da democracia, se mostra um partido mais apegado a questões pragmáticas como encaminhamento de votações, estratégias de inserção nacional do partido ou encontros partidários. O PSDB se mostrou mais voltado ao jogo político, à questão do Congresso como local de fomento à democracia, ao desenvolvimento econômico como capaz de gerar progresso e democracia.

Estas peculiaridades podem ser explicadas pela origem dos partidos. O PT, de procedência externa ao sistema parlamentar, um partido de massas, que desde o início pregou idéias contrárias à da *situação*, acostumou-se com o papel de crítico, de opositor, de se oferecer como uma alternativa. Assumido papel no governo, continua criticando, mudando apenas seu alvo: das críticas ao governo passaram a criticar a oposição, ou o governo anterior. O PSDB, por ter nascido à sombra de outro partido - o PMDB -, ter ascendido ao poder de maneira célere e se mantido no governo por bastante tempo, viciou-se nos melindres do sistema.

O Legislativo é pouco citado nos discursos sobre democracia dos dois partidos, mas há uma valorização da democracia formal que inclui o parlamento entre suas instituições mais importantes. Em outras palavras, os deputados citam pouco o Legislativo quando discursam sobre a democracia por considerarem suas posições (enquanto deputados e representantes políticos) uma realidade não questionável.

Os partidos, por outro lado, parecem, na visão do PT e do PSDB, ter um papel primordial para a obtenção da democracia. Quando aparece a figura do partido, nos discursos sobre democracia, pode-se notar a exaltação do partido do deputado que profere o discurso como sendo aquele que mais defende os ideais democráticos. O PSDB considera que os partidos são fortes, o que pode ser explicado por um

grande tempo no governo, e desta forma induz à questão partidária a tentativa de legitimação de seu Poder. Não é muito citada a importância do sistema partidário para a democracia.

Inicialmente, esperava-se encontrar nos discursos do PT mais ênfase sobre a democracia participativa (ou seja, os elementos substanciais de inclusão social e política) dada a origem e trajetória do partido. Assim como se esperava encontrar nos discursos do PSDB mais ênfase na democracia processual, formal, também por ser um partido originário do interior do parlamento. No entanto, os dados da pesquisa indicaram que não se pode rotular um partido como defensor de somente um tipo de democracia, pois em ambos os partidos, há a defesa dos elementos de democracia processual e participativa. Observando o quadro abaixo, fica evidente que, embora os valores relativos e absolutos relegados ao pronunciamento de cada item tenham se diferenciado entre os partidos, parece que a ordenação da importância das características da democracia discursadas apresentou algumas aproximações.

**Tabela 8** - Características da democracia que apareceram em mais discursos

	PSDB		PT	
	N (%)	Ordem	N (%)	Ordem
Concorrência eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo	55 (50,9)	<b>1</b>	26 (35,6)	<b>1</b>
Estado de Direito/Respeito às leis	33 (30,8)	<b>2</b>	26 (35,6)	<b>1</b>
Participação/Movimentos sociais	25 (23,1)	<b>3</b>	24 (32,9)	<b>2</b>
Igualdade substantiva/Igualdade material	24 (22,2)	<b>4</b>	26 (35,6)	<b>1</b>
Discussão pública/Debate	25 (23,1)	<b>3</b>	22 (30,1)	<b>3</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Desta forma, Concorrência Eleitoral/Alternância no poder/Multipartidarismo; Estado de Direito/Respeito às leis, Igualdade Substantiva/Igualdade material; Participação/Movimentos sociais; Discussão pública/Debate foram elementos de maior repercussão em ambos os partidos. Destaque-se o fato dos dois primeiros- e mais pronunciados- itens serem enquadrados no aspecto formal da democracia, em contraposição aos restantes, elementos substantivos.

**Tabela 9** - Características da democracia que apareceram em menos discursos

	PSDB		PT	
	N (%)	Ordem	N (%)	Ordem
Virtude cívica/Patriotismo	13 (12)	<b>5</b>	7 (9,6)	<b>1</b>
Respeito às minorias/Diversidade cultural	6 (5,6)	<b>1</b>	8 (11,0)	<b>2</b>
Busca do bem comum/Interesse geral	11 (10,3)	<b>4</b>	8 (11,0)	<b>2</b>
Busca do amplo consenso social	9 (8,3)	<b>3</b>	7 (9,6)	<b>1</b>
Soberania popular/Governo do povo	7 (6,5)	<b>2</b>	9 (12,3)	<b>3</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Diferentemente do caso anterior, os elementos que apareceram menos vezes nos discursos são bem diferenciados em relação ao ordenamento, apesar de serem praticamente os mesmo, em sua maior parte de cunho substantivo. O destaque para a falta de empenho em discussões de ambos os partidos ficou com os elementos Busca do bem comum/Interesse geral; Respeito às minorias/Diversidade cultural e Busca do amplo consenso social.

Decorridas mais de duas décadas da abertura democrática, parece que a democracia faz parte do cotidiano dos parlamentares de uma maneira singular. Subir no plenário da Câmara para comentar este assunto significa que os parlamentares não tratam a democracia de forma tão natural como se poderia supor. Caso contrário, qual seria a necessidade de debater algo que já existe de forma consolidada e consensual? Contudo, a maioria dos discursos alega que a democracia existe, e não poderia ser diferente, pois é o que legitima o seu mandato e atuação parlamentar. Entretanto, esta democracia se diferencia, na prática e com relação a certos requisitos, para cada partido.

Para os discursos do PT, quando há referência à democracia participativa, em linhas gerais, a democracia processual aparece como um pressuposto daquela. Em outras palavras, há uma espécie de hierarquia de tal maneira que a processual precede a participativa. Neste sentido, parece que há uma visão de etapas - de certa forma inconclusa - nos discursos dos deputados petistas analisados.

Os discursos do PSDB valorizam a evolução da democracia até o presente momento. Para estes, se poderia afirmar que hoje existe democracia, já que as leis e instituições do país funcionam, e a contribuição do partido foi fundamental para que se chegasse ao quadro atual.

Enfim, se os partidos PT e PSDB têm ocupado um papel de destaque no cenário político, parece fazer sentido se perguntar sobre o que eles pensam em termos de democracia e qual a relação com as condições de vida da população. A esquerda, representada especialmente pelo PT foi, em certa medida, responsável pelo discurso e pela visão de que a democracia seria uma espécie de *panacéia* para as mazelas sociais. Já o PSDB foi responsável por passar a idéia de que, sob a vigência de uma nova ordem constitucional, a democracia seria estendida do plano legal para o social. Passadas duas décadas da abertura democrática, no entanto, estas mazelas sociais persistem.

Esta questão já está sendo apontada inclusive nos relatórios das Nações Unidas (PNUD, 2004) quando salienta que há déficits de cidadania social, que subsistem altos índices de desigualdade sociais, altos níveis de pobreza, sendo que em muitos países os índices aumentaram. Neste mesmo relatório, sugere-se que os termos da democracia processual sejam repensados para além da questão meramente formal. Cabe sugerir que parece ser necessária uma crítica democrática à democracia na direção de uma cultura política mais participativa em termos de maior envolvimento da população nas questões políticas e econômicas.

---

Sonia Ranincheski é doutora em Ciências Sociais pelo CEPPAC-UnB e professora adjunta 2 do CEPPAC/UnB.  
E-mail: soniaran@unb.br

Nathália Cordeiro é bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília e mestre em Ciência Política pela UFRJ.  
E-mail: nathalia.cordeiro@gmail.com

**Referências:**

BAQUERO, Marcello. O parlamento sob pressão: cultura política e as instituições políticas no Rio Grande do Sul. In: RANINCHESKI, Sonia (Org.). *História, poder local, representação: a Câmara de Vereadores de Canoas*. Canoas: La Salle, 1998. p. 53-67.

BARDIN, Kaurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BRASIL. *Discursos dos deputados federais*. Site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

CORDEIRO, Nathalia. *A democracia processual ou participativa: visões dos deputados do PT e do PSDB na Câmara dos Deputados do Brasil*. 2005. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) - Universidade de Brasília, [2005].

COUTTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. *On democracy*. New Haven: Yale University Press, 1998.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FERRAZ, Francisco. *A infra-estrutura social da democracia americana*. Porto Alegre: Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1971.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. *Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994*. Dados, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

LACAVA, Luiza L. H. *Visões e percepções no Campo Político Brasileiro: Democracia no Senado Federal*. Brasília: Universidade de Brasília. 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEZEY, Michael L. The functions of legislatures in the third world. In: LOEWENBERG, Gerhard (Ed.). *Handbook of Legislative Research*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983. p. 733-72.

O'DONNELL, Guilherme. Accountability Horizontal e Novas Poliarquias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESSANHA, Charles. *Relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994*. 1997. 274 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, [1997].

PNUD *A democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Tradução de Mônica Hirst. São Paulo: LM & X, 2004.

REIS, Fábio Wanderley. *Entrevista a Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4 de outubro de 2004.

ROMA, Celso. The PSDB'S institutionalization between 1988 and 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, jun. 2002.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato et alli. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000. p. 91-117.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.